

ENSAIOS SÍNGULA PRESS REVIEW

Vol 1., No. 2, 2026

Publicação Seriada Contínua
e-ISSN [em processamento]



A ECONOMIA DA IDENTIDADE VOLÁTIL

Identidade, Escolha e Comportamento
Econômico em Ambientes de Alta
Performatividade

Indivíduo & Escolhas

Síngula Editora

2026

A ECONOMIA DA IDENTIDADE VOLÁTIL

*Identidade, Escolha e Comportamento Econômico em Ambientes de Alta
Performatividade*

PR CALLEGARI

Ensaaios Sínghula Press Review

Vol. 1, No. 2, 2026

e-ISSN: [0000-0000]

São Paulo, SP

DOI: [10.xxxx/xxxxx]

Código Interno: IEC-2026-[0001]

IDENTIFICAÇÃO AUTORAL

Nome completo: PR Callegari

ORCID: 0009-0005-6358-7966

Filiação: Pesquisadora independente | Síngula Editora

Eixo Temático: Indivíduo & Escolha (IEC)

País: Brasil

Ano: 2026

EIXO TEMÁTICO: INDIVÍDUO & ESCOLHA

Este eixo investiga a escolha como processo situado em um mundo de restrições estruturais, identidade em formação e tempo irreversível. Escolher não é apenas calcular; é assumir risco, renunciar a alternativas e reorganizar trajetórias futuras. Cada decisão elimina possibilidades e inaugura outras, acumulando consequências ao longo do tempo.

O indivíduo é compreendido como agente finito, dotado de racionalidade limitada e inserido em contextos institucionais que moldam preferências, enquadramentos e horizontes de ação. A liberdade formal de escolher convive com restrições materiais, cognitivas e simbólicas que delimitam o campo do possível. Nesse sentido, autonomia e condicionamento não são opostos, mas dimensões coexistentes da experiência decisória.

Os ensaios deste eixo exploram custos invisíveis da decisão, formação de identidade econômica, economia comportamental, atenção como recurso escasso e tensões entre escolha individual e estrutura social. Interessa compreender como indivíduos operam sob assimetria de informação, pressão temporal e exposição a risco, frequentemente sem acesso pleno às consequências futuras de suas próprias decisões.

Mais do que avaliar escolhas como corretas ou equivocadas, este eixo busca iluminar as condições sob as quais a escolha se torna possível — e os limites que silenciosamente moldam cada decisão. A escolha é tratada como ato estruturado por contexto, não como gesto isolado de racionalidade abstrata.

RESUMO

Este ensaio investiga as implicações econômicas da fragilização estrutural da identidade subjetiva em contextos contemporâneos de alta performatividade digital. A hipótese central sustenta que, quando a identidade deixa de operar como eixo interno minimamente estável e passa a funcionar como interface programável — modulada probabilisticamente por arquiteturas sociotécnicas que organizam gradientes de incentivo sem determinar comportamentos de forma direta —, as preferências e decisões econômicas tornam-se estruturalmente mais voláteis. O ensaio mobiliza contribuições de Akerlof e Kranton sobre identidade como variável econômica; a teoria das preferências adaptativas de Elster; a análise de preferências endógenas de Loewenstein; a teoria do desejo mimético de Girard; a noção de coerência narrativa em Taylor; e o diagnóstico das sociedades de controle em Deleuze e Han. Propõe o conceito de identidade como interface programável, distingue plasticidade adaptativa de fragmentação desorganizada e introduz uma micro-tipologia da volatilidade em três dimensões. Conclui que a instabilidade identitária contemporânea constitui propriedade emergente funcional do sistema econômico — ao mesmo tempo em que levanta tensões éticas sobre a distribuição assimétrica de seus custos e questões estruturais ainda em aberto.

Palavras-chave: identidade econômica; volatilidade decisória; preferências adaptativas; desejo mimético; interface programável.

ABSTRACT

This essay investigates the economic implications of the structural fragmentation of subjective identity in contemporary contexts of high digital performativity. The central hypothesis holds that when identity ceases to function as a minimally stable internal axis and begins to operate as a programmable interface — probabilistically modulated by sociotechnical architectures that organize incentive gradients without directly determining behavior — economic preferences and decisions become structurally more volatile. The essay draws on Akerlof and Kranton on identity as an economic variable; Elster's theory of adaptive preferences; Loewenstein's analysis of endogenous preferences; Girard's mimetic desire; Taylor's account of narrative identity; and Deleuze and Han's diagnosis of control and performance societies. It proposes the concept of identity as a programmable interface, distinguishes adaptive plasticity from disorganized fragmentation, and introduces a micro-typology of volatility across three dimensions. The essay concludes that contemporary identity instability constitutes a functional emergent property of the economic system, while raising ethical tensions about the asymmetric distribution of its costs and leaving several structural questions open for future inquiry.

Keywords: economic identity; decisional volatility; adaptive preferences; mimetic desire; programmable interface.

SUMÁRIO

- 1. Da arquitetura subjetiva ao comportamento econômico..... 8
- 2. Identidade como variável econômica e como horizonte de significado.. 10
- 3. Preferências adaptativas, endogeneidade e instabilidade estrutural 12
- 4. Plasticidade, fragmentação e a micro-tipologia da volatilidade 14
- 5. Desejo mimético, convergência estrutural e economias de
microtendências..... 16
- 6. Identidade como interface programável..... 18
- 7. A economia da coerência narrativa..... 21
- 8. Instabilidade como adaptação funcional 24
- 9. Questões Abertas 25
- 10. Considerações Finais 27
- Referências 29
- Nota biográfica 31

1. Da arquitetura subjetiva ao comportamento econômico

Diversos diagnósticos contemporâneos têm sugerido que a identidade deixou de operar como estrutura relativamente estável da experiência subjetiva e passou a funcionar como superfície sensível à avaliação externa, à comparação social e à recalibração simbólica contínua. Essa condição — frequentemente descrita como fragilização estrutural da experiência identitária — não se restringe ao campo psicológico ou cultural. Ela possui implicações econômicas concretas.

A hipótese que orienta este ensaio é simples, embora desconfortável: quando a identidade deixa de oferecer um eixo interno minimamente estável, as decisões econômicas tornam-se mais voláteis. Não por falha individual, mas por coerência com o ambiente social que molda essa subjetividade.

Uma nota metodológica é necessária antes de prosseguir. O argumento deste ensaio opera deliberadamente em dois níveis analíticos simultâneos: o nível subjetivo, que descreve a experiência do agente individual — suas preferências, sua identidade narrativa, sua exposição ao ambiente —, e o nível sistêmico, que descreve padrões emergentes, eficiências agregadas e dinâmicas de mercado que não se reduzem à experiência de nenhum agente particular. Esses dois níveis não são contraditórios; são complementares. O que parece disfuncional no plano individual pode ser plenamente funcional no plano sistêmico — e é precisamente essa dissociação que o ensaio pretende tornar analiticamente visível.

Não se trata de afirmar que os indivíduos se tornaram menos racionais, mas de reconhecer que o próprio campo decisório se transformou. A economia contemporânea passou a operar sobre sujeitos cujas preferências, valores e narrativas pessoais tornaram-se mais responsivos ao

contexto do que ancorados em continuidade interna. Pesquisas em economia comportamental — do nudging à arquitetura de escolha sistematizada por Thaler e Sunstein — documentam como pequenas modificações ambientais produzem desvios significativos de preferência sem que o agente perceba a intervenção. A porosidade do campo decisório não é acidente; é propriedade estrutural.

Nesse cenário, a instabilidade comportamental deixa de ser um desvio marginal. Ela passa a configurar uma propriedade estrutural do funcionamento do sistema — não de todos os sistemas econômicos em todas as épocas, mas daquele que emergiu nas últimas décadas com a generalização de infraestruturas digitais orientadas por dados comportamentais.

2. Identidade como variável econômica e como horizonte de significado

Akerlof e Kranton foram decisivos ao romper com a ficção do agente neutro ao introduzirem a identidade como variável econômica central. Em *Identity Economics*, demonstram que escolhas não expressam apenas cálculo de utilidade, mas também tentativas de preservar pertencimento, reconhecimento e coerência simbólica. O agente econômico, nesse enquadramento, não maximiza apenas renda ou consumo: maximiza também a congruência entre suas ações e a imagem que sustenta de si.

Para situar esse argumento em bases filosóficas mais sólidas, é útil mobilizar Charles Taylor. Em *Sources of the Self*, Taylor argumenta que a identidade moderna é constitutivamente dependente de horizontes de significado — quadros valorativos que orientam o que conta como importante, digno ou vergonhoso para um sujeito. Sem esses horizontes, o agente não perde apenas estabilidade: perde a capacidade de avaliar sua própria situação. A orientação valorativa não é ornamento da identidade; é sua condição de possibilidade.

O que caracteriza o momento atual, contudo, não é apenas a centralidade da identidade nas decisões econômicas, mas a transformação do próprio estatuto desses horizontes de significado. Eles já não operam prioritariamente como núcleo relativamente estável construído por meio de vínculos comunitários, tradições e projetos de longo prazo. Passam a funcionar como construções responsivas, continuamente ajustadas em função de métricas de visibilidade, aprovação e posicionamento social.

Nesse contexto, muitas decisões deixam de expressar preferências profundas e passam a expressar tentativas de otimização da legibilidade social.

O sujeito não escolhe apenas aquilo que deseja, mas aquilo que pode ser reconhecido, validado e integrado de forma coerente às narrativas públicas de si. A economia passa, assim, a lidar com um agente cuja função objetivo não é exclusivamente a maximização da utilidade clássica, mas a minimização da dissonância entre ação e posicionamento simbólico em ambientes saturados de julgamento.

3. Preferências adaptativas, endogeneidade e instabilidade estrutural

A tese de que preferências se formam em resposta ao ambiente — e não como expressão estável de uma subjetividade prévia — possui fundamentos teóricos sólidos em ao menos duas vertentes distintas da literatura.

Jon Elster, em *Sour Grapes: Studies in the Subversion of Rationality*, desenvolveu a teoria das preferências adaptativas: mecanismo pelo qual sujeitos ajustam seus desejos às restrições do ambiente sem que esse ajuste seja deliberado, consciente ou racionalmente justificado. A raposa que chama de azedo o cacho que não alcança não está exercendo preferência autônoma; está adaptando o desejo à impossibilidade. A dimensão perturbadora da tese de Elster é que preferências adaptativas são fenomenologicamente indistinguíveis de preferências genuínas — o sujeito as experimenta como próprias. Isso torna a distinção entre preferência autêntica e preferência condicionada estruturalmente inacessível ao próprio agente.

George Loewenstein aprofunda essa perspectiva a partir de uma direção distinta. Seus estudos sobre preferências endógenas demonstram que escolhas são sistematicamente sensíveis à emoção, ao contexto e à antecipação. O viés de projeção — desenvolvido com O'Donoghue e Rabin — mostra que sujeitos superestimam a estabilidade de seus estados futuros de preferência: acreditam que desejão amanhã o que desejam hoje, quando frequentemente não é o caso. Esse mecanismo produz compromissos

instáveis, arrependimentos recorrentes e ciclos de adoção e abandono que não expressam irracionalidade, mas estrutura cognitiva.

O fenômeno contemporâneo, porém, parece ultrapassar essas variabilidades psicológicas conhecidas. Trata-se de uma instabilidade mais profunda, produzida por arquiteturas sociais que expõem o indivíduo a ciclos contínuos de comparação, feedback e performatividade em velocidade e escala sem precedente histórico. Ambientes digitais estruturados por métricas visíveis, algoritmos de recomendação e economias de atenção produzem uma forma específica de pressão subjetiva: a exigência de atualização permanente. Nesse contexto, a identidade deixa de funcionar como eixo organizador das escolhas e passa a operar como superfície ajustável.

O resultado não é uma ampliação real da diversidade de escolhas, mas uma maior volatilidade na sustentação das decisões ao longo do tempo. Não apenas o conteúdo das escolhas muda: o próprio modo como o sujeito organiza sua continuidade narrativa ao longo do tempo se reconfigura. O agente não apenas troca de preferência; perde progressivamente a capacidade de ancorar preferências em horizontes estáveis.

afiliação cultural. É a dimensão mais ligada à erosão dos horizontes de significado descritos por Taylor.

Volatilidade identitária: instabilidade nos sistemas de valor e pertencimento que organizam a coerência narrativa do sujeito. Manifesta-se em vínculos comunitários frágeis, oscilação de posicionamento e dificuldade de sustentar comprometimento simbólico de longo prazo. É a dimensão mais diretamente conectada ao mecanismo de preferências adaptativas identificado por Elster.

Volatilidade decisória: inconstância observável nas escolhas de consumo, lealdade a marcas e plataformas, e engajamento com produtos e serviços. É a dimensão mais diretamente mensurável em métricas como churn rate, ciclos de adoção e abandono, e instabilidade de preferência declarada. É também a mais diretamente monetizável pelo sistema.

As três formas se alimentam mutuamente, mas podem ter intensidades distintas no mesmo sujeito. O sistema econômico, em geral, monetiza prioritariamente a volatilidade decisória — mas é estruturalmente alimentado pelas duas primeiras.

5. Desejo mimético, convergência estrutural e economias de microtendências

A teoria do desejo mimético de René Girard oferece uma chave particularmente fecunda para compreender esse paradoxo. Desejamos não apenas objetos, mas aquilo que percebemos como desejado por outros. O modelo triangular girardiano — sujeito, objeto, mediador — revela que o desejo nunca é propriamente individual: ele circula, imita e amplifica. Importa notar que este ensaio mobiliza Girard de forma seletiva: interessa aqui a dimensão mimética do desejo, não a dimensão sacrificial e de bode expiatório que é central em sua teoria mais ampla. Trata-se de um recorte intencional, justificado pela especificidade do argumento econômico.

As arquiteturas contemporâneas de visibilidade e consumo amplificam o mecanismo mimético em escala inédita. Plataformas digitais não apenas exibem desejos alheios, mas organizam sua visibilidade, hierarquizam sua exposição e reforçam padrões de aspiração com uma precisão técnica que gerações anteriores não tinham à disposição.

A multiplicidade aparente de referências produz uma experiência subjetiva de liberdade ampliada, quando, na prática, opera como mecanismo de convergência estatística do desejo. O indivíduo percebe pluralidade na superfície, mas suas escolhas emergem dentro de campos altamente previsíveis de aspiração, consumo e comportamento. A heterogeneidade estética coexiste com a homogeneidade estrutural das trajetórias de escolha.

Um exemplo concreto ilustra o mecanismo sem necessidade de aprofundamento empírico: a economia de microtendências digitais — ciclos de aspiração e abandono de produtos, estéticas e identidades que duram semanas ou poucos meses — opera precisamente sobre essa dinâmica. Cada

ciclo mobiliza desejos miméticos em escala, gera picos de consumo concentrado e extrai valor precisamente da efemeridade do engajamento. Mercados de assinatura digital exploram a mesma lógica: o modelo de receita pressupõe churn como variável estrutural, não como anomalia, e otimiza ciclos de reengajamento para sujeitos com baixo custo de migração e alta responsividade a novos estímulos.

Shoshana Zuboff, em *The Age of Surveillance Capitalism*, fornece o enquadramento sistêmico para essa observação: o comportamento humano tornou-se matéria-prima de um novo tipo de acumulação. O que as plataformas extraem não é apenas atenção — é o rastro comportamental do agente, que, processado em escala, permite antecipar e influenciar decisões futuras. Nesse contexto, a volatilidade não é custo indesejado para as arquiteturas digitais; é condição de produção. Sujeitos que mudam com frequência geram mais dados, testam mais combinações e alimentam melhor os sistemas preditivos do que sujeitos estáveis. A instabilidade é, literalmente, insumo econômico.

Essa dissociação entre experiência subjetiva de autonomia e regularidade estrutural ajuda a compreender por que a instabilidade identitária não desorganiza o sistema. Ao contrário, ela o mantém funcional — para determinadas configurações de mercado, em condições específicas, que importa não generalizar indiscriminadamente.

6. Identidade como interface programável

É nesse ponto que se torna possível avançar conceitualmente: a identidade contemporânea não opera apenas como superfície frágil, mas como uma espécie de interface programável entre sujeito e sistema.

A demarcação precisa do conceito exige confrontá-lo com formulações próximas que circulam na literatura, para estabelecer sua especificidade por contraste. Gilles Deleuze, em seu Post-scriptum sobre as sociedades de controle, descreveu a passagem de uma forma de poder que opera por confinamento e moldagem fixa — a sociedade disciplinar foucaultiana — para uma forma que opera por modulação contínua e flexível. O controle, em Deleuze, não fixa identidades: mantém-nas num estado de variação administrada. Há evidente proximidade com o argumento deste ensaio. A diferença está no nível de análise: Deleuze descreve uma transformação de regime político-filosófico; este ensaio propõe um mecanismo econômico específico — a modulação por gradientes de incentivo — e o articula com a teoria da identidade e da decisão. O conceito de interface programável não substitui o de sociedade de controle; operacionaliza-o para o campo da escolha econômica.

Zuboff, por sua vez, situa esse mecanismo no registro da acumulação: as plataformas não apenas modulam — elas extraem. O conceito de interface programável, nesse diálogo, adiciona a perspectiva do agente: o que é extração do ponto de vista do sistema é modulação da identidade do ponto de vista do sujeito. Ambas as perspectivas são verdadeiras e complementares.

Com essas balizas estabelecidas, é possível definir com maior precisão o que o conceito afirma — e o que recusa. Interface programável não implica determinismo algorítmico nem manipulação direta. Não há agente central que programe identidades de forma intencional e completa. O conceito descreve

modulação probabilística: arquiteturas digitais — algoritmos de recomendação, sistemas de notificação, design de atenção, métricas de engajamento visível — organizam gradientes de incentivo que tornam certas respostas mais prováveis, mais reforçadas e mais visíveis do que outras. A identidade é modulada, não determinada. O sujeito age dentro de um campo de possibilidades que foi previamente estruturado por infraestruturas técnicas que ele geralmente não vê e sobre as quais raramente delibera.

Uma especificação mínima sobre como esse mecanismo opera é necessária para evitar subconceitualização. As arquiteturas sociotécnicas relevantes atuam por ao menos quatro vias identificáveis: (1) personalização de conteúdo, que cria câmaras de ressonância que amplificam certas preferências e tornam outras invisíveis; (2) métricas de visibilidade, que quantificam aprovação social e a convertem em sinal de retorno imediato; (3) design de variabilidade de recompensa, que cria ciclos de antecipação e gratificação que sustentam engajamento compulsivo; e (4) arquiteturas de comparação social contínua, que tornam o posicionamento relativo do sujeito permanentemente saliente. Nenhum desses mecanismos determina individualmente uma escolha; combinados, estruturam o gradiente dentro do qual escolhas são feitas.

Aqui emerge a tensão analítica central que os dois níveis do ensaio precisam articular. Na escala individual, a modulação pode produzir instabilidade subjetiva, dificuldade de comprometimento e ciclos de arrependimento recorrente — experiências que o sujeito frequentemente interpreta como falhas pessoais, sem perceber sua dimensão estrutural. Na escala sistêmica, essa mesma instabilidade intensifica ciclos de consumo, aumenta a produção de dados comportamentais, amplia a responsividade a estímulos de mercado e favorece a experimentação contínua. O sistema não exige coerência individual; ele opera sobre padrões estatísticos. Sujeitos

individualmente voláteis produzem, em conjunto, regularidades altamente exploráveis. A volatilidade não é, portanto, anomalia do sistema: é uma de suas condições de eficiência — para configurações específicas de mercado digital.

Uma identidade excessivamente estável, resistente à atualização, torna-se pouco responsiva aos estímulos do sistema. Uma identidade flexível, reconfigurável, adaptável torna-se mais legível, mais integrável e mais funcional dentro de ecossistemas orientados por dados. O gradiente de incentivo favorece a segunda configuração — e isso não é acidente de design: é propriedade funcional das arquiteturas de atenção.

Byung-Chul Han, em *A Sociedade do Cansaço e No Enxame*, oferece um diagnóstico cultural convergente por via distinta: o sujeito de desempenho contemporâneo internaliza a exigência de visibilidade, transparência e atualização permanente ao ponto de se tornar seu próprio explorador. Não há coerção externa visível — a pressão é estruturalmente interiorizada. O que Han descreve como esgotamento do sujeito de desempenho é, no registro deste ensaio, o custo subjetivo da identidade que opera como interface sem eixo estável de resistência.

Surge, assim, uma forma específica de racionalidade prática: escolhas orientadas por visibilidade, decisões sensíveis ao feedback imediato, vínculos frágeis com produtos e projetos, dificuldade de sustentar compromissos duradouros. O arrependimento recorrente — tradicionalmente tratado como

falha de racionalidade intertemporal — assume, nesse contexto, uma função sistêmica distinta: opera como mecanismo de recalibração acelerada, corrigindo trajetórias, permitindo abandono rápido de escolhas mal performadas e impulsionando novos ciclos de tentativa, exposição e consumo. O sistema não elimina o arrependimento; ele o metaboliza como sinal de ajuste.

Cabe introduzir aqui uma ressalva estrutural que o argumento exige. A volatilidade deixa de ser funcional quando excede limiares de coordenação. Quando a instabilidade de preferências compromete a capacidade de sustentar contratos de longo prazo, projetos colaborativos ou planejamento intergeracional, a plasticidade que alimenta o sistema começa a corroer as condições de confiança e coordenação das quais o próprio sistema depende. Há, portanto, um risco de circularidade que o argumento precisa reconhecer explicitamente: descrever a volatilidade como funcional para o sistema exige especificar de qual sistema se fala e sob quais condições essa funcionalidade opera. A volatilidade que beneficia plataformas de atenção de curto prazo pode ser disfuncional para sistemas que dependem de lealdade, reputação e comprometimento de longo prazo — seguros, planos de poupança, vínculos institucionais. A funcionalidade é configuração-específica, não propriedade universal.

O argumento exige, neste ponto, reconhecimento explícito de sua dimensão ética — com um critério analítico mínimo, não apenas uma observação moral. Descrever a instabilidade identitária como insumo econômico não é normalizá-la; é tornar visível o mecanismo de extração. A distribuição dos custos e benefícios dessa volatilidade é estruturalmente assimétrica, e essa assimetria segue padrões identificáveis: sujeitos com menor capital simbólico acumulado — entendido como acesso a redes de reconhecimento, tradições de pertencimento e infraestruturas de

estabilização identitária — tendem a absorver proporcionalmente mais fragmentação e menos plasticidade adaptativa. Sujeitos com maior capital simbólico podem navegar a volatilidade como estratégia; sujeitos com menor capital tendem a experimentá-la como condição imposta. A eficiência sistêmica da volatilidade coexiste, portanto, com uma distribuição de bem-estar que não é neutra — e que constitui um problema de economia política, não apenas de psicologia individual.

8. Instabilidade como adaptação funcional

O ponto mais delicado — e talvez mais revelador — é que essa instabilidade não configura necessariamente colapso subjetivo. Ela pode ser compreendida como uma forma de adaptação funcional — em condições específicas, para configurações específicas de ambiente.

Ambientes sociais e econômicos organizados em torno de atenção, performance e atualização contínua tendem a selecionar sujeitos flexíveis, responsivos e recalibráveis. Sujeitos excessivamente rígidos tornam-se lentos para responder a estímulos relevantes. Sujeitos excessivamente ancorados tornam-se dissonantes com as expectativas do ambiente. Há, portanto, uma pressão seletiva real — ainda que não intencional, emergente das interações distribuídas entre agentes e infraestruturas — que favorece determinados perfis de plasticidade.

Sob o ponto de vista econômico, a volatilidade comportamental produz efeitos mensuráveis: intensifica ciclos de consumo, aumenta a produção de dados, amplia a responsividade a estímulos de mercado e favorece a experimentação contínua de produtos, narrativas e identidades. A instabilidade não compromete a eficiência do sistema — para certas métricas e configurações de mercado; em outros registros, como a coordenação institucional de longo prazo, ela impõe custos reais.

A instabilidade deixa de ser apenas fragilidade. Ela passa a ser também competência adaptativa — o que constitui precisamente a ambiguidade que o conceito de interface programável pretende capturar: a mesma característica subjetiva que, em determinados contextos, constitui recurso adaptativo pode, em outros, configurar vulnerabilidade estrutural. Essa ambiguidade não é falha do conceito; é sua precisão.

9. Questões Abertas

O diagnóstico aqui desenvolvido não encerra o problema; ele o articula de modo a torná-lo tratável. As cinco questões a seguir não são retóricas — são estruturantes para a agenda de pesquisa que este ensaio pretende abrir.

Primeira: existe um limiar de volatilidade além do qual a adaptação deixa de ser funcional e passa a comprometer coordenação econômica? Em que ponto a plasticidade adaptativa se transforma em instabilidade destrutiva para contratos, lealdade e planejamento de longo prazo — e como esse limiar varia entre diferentes configurações de mercado?

Segunda: a volatilidade identitária afeta igualmente todos os grupos sociais? Ou a plasticidade é distribuída de maneira desigual, concentrando riscos subjetivos em populações com menor capital simbólico — enquanto outros grupos mobilizam a volatilidade como vantagem estratégica?

Terceira: mercados orientados por dados produzem volatilidade ou apenas a capitalizam sobre predisposições já existentes? A economia digital cria instabilidade ou amplifica tendências que já estavam presentes na dinâmica social — e essa distinção importa para o desenho de respostas regulatórias adequadas?

Quarta: é possível desenvolver arquiteturas institucionais que preservem plasticidade sem estimular fragmentação contínua? Que tipo de desenho de mercado — ou de políticas de nudging — favoreceria estabilidade narrativa sem sufocar adaptação legítima e sem recair em paternalismo?

Quinta: a economia da identidade volátil é uma fase transitória ou uma configuração estrutural duradoura? Trata-se de mutação histórica específica da economia digital ou de tendência de longo prazo associada à modernidade tardia — e que implicações institucionais distintas derivam de cada hipótese?

10. Considerações Finais

Quando a identidade funciona como eixo — ancorada em horizontes de significado, vínculos comunitários e trajetórias de longo prazo —, ela sustenta decisões. Quando opera como interface — modulada por gradientes de incentivo, métricas de visibilidade e arquiteturas de atenção —, ela responde ao campo.

A economia contemporânea passou a operar, em número crescente de configurações de mercado, sobre sujeitos cuja identidade oferece menos estabilidade interna e mais plasticidade adaptativa. O resultado não é caos, mas um padrão reconhecível de volatilidade decisória, fragilidade de compromisso e instabilidade de preferências — distribuído de forma assimétrica segundo gradientes de capital simbólico e metabolizado de forma diferente nos planos individual e sistêmico.

Isso não representa disfunção universal do sistema. Representa sua coerência interna — para as configurações específicas de mercado que emergem com a generalização de infraestruturas digitais orientadas por extração comportamental. Para outros tipos de sistema econômico — aqueles que dependem de lealdade, reputação e coordenação de longo prazo —, essa mesma volatilidade pode representar erosão de fundamentos.

A instabilidade subjetiva não é acidente cultural isolado. É forma de organização compatível com um ecossistema que depende de circulação contínua de atenção, consumo, atualização e reposicionamento — e que, ao mesmo tempo, externaliza para os sujeitos os custos de bem-estar que essa circulação implica.

A economia da identidade volátil não rompe com a racionalidade moderna. Ela revela sua mutação. E, ao fazê-lo, nos obriga a perguntar se os instrumentos conceituais com que descrevemos decisão, preferência e

identidade — desenvolvidos para um tipo de sujeito dotado de horizontes de significado relativamente estáveis — ainda são adequados para descrever, e para orientar politicamente, o tipo de sujeito que o sistema econômico contemporâneo pressupõe e, progressivamente, produz.

REFERÊNCIAS

- AKERLOF, George A.; KRANTON, Rachel E. Identity Economics: How Our Identities Shape Our Work, Wages, and Well-Being. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. Conversações: 1972–1990. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219–226.
- ELSTER, Jon. Sour Grapes: Studies in the Subversion of Rationality. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- ELSTER, Jon. Ulysses and the Sirens: Studies in Rationality and Irrationality. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- ELSTER, Jon. Alchemies of the Mind: Rationality and the Emotions. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GIRARD, René. Deceit, Desire and the Novel: Self and Other in Literary Structure. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1965.
- GIRARD, René. Violence and the Sacred. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977.
- HAN, Byung-Chul. A Sociedade do Cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, Byung-Chul. No Enxame: Perspectivas do Digital. Petrópolis: Vozes, 2018.
- LOEWENSTEIN, George. Emotions in Economic Theory and Economic Behavior. American Economic Review, v. 90, n. 2, 2000, p. 426–432. DOI: [verificar e inserir]

- LOEWENSTEIN, George; O'DONOGHUE, Ted; RABIN, Matthew.
Projection Bias in Predicting Future Utility. *Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 4, 2003, p. 1209–1248. DOI: [verificar e inserir]
- TAYLOR, Charles. *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth, and Happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.
- ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019.

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR

PR Callegari foi responsável pela concepção, desenvolvimento teórico, redação e revisão do manuscrito em sua integralidade.

NOTA BIOGRÁFICA

PR CALLEGARI escreve a partir da observação de padrões que atravessam domínios distintos do conhecimento e da experiência contemporânea.

Seu interesse não se fixa em campos isolados, mas nos pontos de fricção e de tensão entre eles — onde convergências improváveis e divergências persistentes, por vezes visíveis e por vezes discretas, revelam algo sobre a forma como indivíduos e sistemas se organizam sob dinâmicas voláteis.

Seus ensaios operam como exercícios de leitura do mundo, cujo objetivo não é formular proposições ou verdades fechadas, mas chamar a atenção para tensões, movimentos e deslocamentos que se desenham no tempo.

